GREVE DOCENTE DE 2024 NO PARANÁ: DISPUTAS DISCURSIVAS E REGIME DE VERDADE

Matheus Willian Neves (PIC/UEM), Maraisa Daiana da Silva (Orientador). E-mail: mdsilva2@uem.br.

Universidade Estadual de Maringá, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Maringá, PR.

Área e subárea do conhecimento: Linguística, Letras e Artes /Teoria e Análise Linguística.

Palavras-chave: Estudos Discursivos Foucaultianos; Privatização da Educação Pública; Greve docente no Paraná.

RESUMO

Este projeto de pesquisa de iniciação científica dedicou-se à análise dos discursos que emergiram durante a greve dos professores no estado do Paraná em 2024. Este movimento paredista foi deflagrado durante a tramitação do Projeto de Lei nº 345/2024, posteriormente convertido na Lei nº 22.006/2024, que autorizou a implantação do Programa Parceiro da Escola em 204 unidades elegíveis da rede estadual. Além disso, a paralisação, iniciada em 3 de junho de 2024, visou contestar a crescente precarização das condições laborais dos docentes, caracterizada por metas excessivas, insuficiência de profissionais, prevalência de contratos temporários, remuneração defasada e a privatização da administração escolar, sob a atual gestão governamental. Fundamentado nos Estudos Discursivos Foucaultianos, que concebem os discursos como práticas constitutivas de verdades e reguladoras de condutas, este estudo teve o objetivo de examinar a dinâmica pela qual distintos atores institucionais engajam-se na disputa por regimes de verdade, tensionando as concepções de educação pública, gestão escolar e o direito de greve. O corpus documental abrange produções midiáticas, governamentais e sindicais veiculadas online no período de 29 de maio a 3 de junho de 2024, incluindo artigos jornalísticos, materiais audiovisuais da Secretaria de Estado da Educação e publicações da APP-Sindicato. A pesquisa, embasada nas contribuições de Michel Foucault (2014; 2015), Judith Revel (2005), Fischer (2001), Veiga-Neto (2007) e Brandão (2012), almejou problematizar as práticas discursivas que subsidiam ou questionam as políticas educacionais contemporâneas, ressaltando os mecanismos de poder e as manifestações da governamentalidade neoliberal.

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa analisou os embates discursivos da greve docente paranaense de 2024, motivada pela aprovação do projeto de lei que institui o programa Parceiro da

Escola, que prevê a privatização da gestão escolar de parte da rede pública de educação do Paraná. O contexto revelou tensões entre políticas de viés neoliberal e a resistência docente contra a precarização laboral e a lógica mercantil no ensino público.
O objetivo foi compreender como discursos do governo, mídia e sindicato produziram regimes de verdade sobre o movimento, evidenciando práticas de poder, táticas de controle e estratégias de resistência no campo educacional.
Adotou-se uma abordagem qualitativa e documental fundamentada nos Estudos Discursivos Foucaultianos, mobilizando noções de poder-saber produção de verdade e governamentalidade para descrever regularidades enunciativas, posições de sujeito e procedimentos de legitimação e deslegitimação da greve nas materialidades selecionadas.

MATERIAIS E MÉTODOS

Este estudo qualitativo-documental ancorou-se nos Estudos Discursivos Foucaultianos, tratando discursos como práticas que formam objetos. A análise utilizou conceitos como governamentalidade, dispositivos de segurança e relações de poder-saber para descrever as condições de enunciação, as regularidades discursivas, as posições de sujeito e os procedimentos pelos quais determinados enunciados adquirem legitimidade e efeitos de verdade.
O corpus compreende publicações online veiculadas entre 29 de maio e 3 de junho de 2024, período correspondente à deflagração do movimento paredista e à tramitação do PL nº 345/2024. Foram selecionados enunciados representativos das três posições discursivas centrais — governamental, sindical e midiática — que disputaram o regime de verdade sobre a greve, incluindo: "A GREVE CONTINUA..." (Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Paraná – APP-Sindicato, 3 jun. 2024); "Greve dos professores no Paraná reúne cerca de 20 mil em manifestação" (Brasil de Fato, 3 jun. 2024); "Contrários à terceirização da gestão de colégios públicos..." (G1, 3 jun. 2024); "Mensagem para você, pai e mãe" (Secretaria da Educação, 2024); "Educação orienta pais a levarem alunos para as aulas..." (Agência Estadual de Notícias, 29 maio 2024); e "87% das escolas não aderem à greve..." (Agência Estadual de Notícias, 3 jun. 2024).
A análise consistiu na leitura relacional dos enunciados, regularidades, diferenças e deslocamentos nas formas de nomear a greve, os professores, o Programa Parceiro da Escola e a atuação do governo, bem como as estratégias discursivas de legitimação e deslegitimação do movimento docente. Desse modo, foi possível apreender as condições de possibilidade que sustentaram tais enunciados e analisar como as relações de poder e resistência atravessaram a disputa discursiva em torno da greve e da gestão escolar no Paraná.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise revelou regimes de verdade divergentes. A Agência Estadual de Notícias, representando o âmbito do governo, sob a governamentalidade neoliberal, usou um

vocabulário mercadológico "eficiência", "otimização" para tornar aceitável a privatização parcial do bem público através da parceria com as administradoras do ramo da educação, tratando a greve como problema de ordem via dispositivos de segurança, utilizando o silenciamento, táticas jurídicas e a disciplina por violência policial.

O vídeo, não identificado formalmente, mas disparado da Secretaria da Educação, focou nos transtornos imediatos às famílias e no calendário escolar, promovendo um regime de verdade que secundarizou o debate sobre a mercantilização do ensino e enfraqueceu a legitimidade das reivindicações prezadas pelos docentes.

As mídias participaram da construção de regimes de verdade sobre a greve. O G1 atuou como observatório normalizador: mediante escolhas gramaticais e topicalização negativa, marginalizando a voz docente e validando a do Estado como verdade técnica. Em contrapartida, o Brasil de Fato operou como registro de contraconduta: rompe a interdição estatal ao dar visibilidade aos corpos coletivos e politizar a resistência contra a lógica mercantil, constituindo uma fenda no discurso hegemônico que desafiou o projeto "Parceiro da Escola".

O sindicato, por sua vez, exerceu poder-saber na resistência. A APP-Sindicato contrapôs a governamentalidade neoliberal ao nomear o projeto como privatização, recusando-se a aceitar os eufemismos da SEED e buscando explicitar com termos mais diretos o resultado da parceria do projeto de lei em votação. Esta prática de contraconduta consiste aqui em uma atuação política que tensiona o autoritarismo estatal, reivindicando a educação como bem comum e transformando o campo educacional em arena de disputa entre a lógica de mercado e a defesa da escola pública.

CONCLUSÕES

A análise evidenciou que a greve de 2024 configurou uma disputa por regimes de verdade. Governo e mídia atuaram sob a governamentalidade neoliberal, legitimando o Parceiro da Escola pela eficiência e deslegitimando a greve via criminalização e dispositivos de segurança para assegurar a lógica mercantil. As contracondutas sindicais reafirmaram a indissociabilidade entre poder e resistência, enfrentando eufemismos oficiais. Conclui-se que a educação paranaense é atravessada por uma teia de poder-saber, exigindo a desconstrução das narrativas que submetem a escola ao mercado.

Em primeiro lugar, a análise evidenciou que a greve de 2024 configurou uma disputa por regimes de verdade. Enquanto os discursos governamentais e midiáticos buscaram naturalizar a gestão privada sob a justificativa da eficiência técnica, o movimento sindical tensionou essa narrativa ao evidenciar as implicações sociais e políticas da medida, revelando o movimento como um espaço central de embate pelo sentido da educação pública.

Durante o período analisado, o governo e parte da mídia mobilizaram discursos atravessados pela racionalidade neoliberal, legitimando o Parceiro da Escola pela eficiência e deslegitimando a greve via estratégias de criminalização. Esse

enquadramento invisibilizou a pauta sobre a precarização do trabalho docente e justificou o cerceamento do direito de greve em nome da ordem pública.
As contracondutas sindicais reafirmaram a indissociabilidade entre poder e resistência, enfrentando eufemismos oficiais ao expor os impactos do projeto e construir um contra-discurso em defesa da gestão democrática. Ao mobilizar a categoria docente, a atuação sindical demonstrou a capacidade de tensionar os regimes de verdade hegemônicos.
Conclui-se que a educação paranaense é atravessada por uma teia de poder-saber, exigindo a problematização das narrativas que submetem a escola ao mercado. Ao visibilizar essas resistências, o estudo reafirma o papel essencial da análise discursiva de perspectiva foucaultiana no fortalecimento e na defesa da escola pública.

REFERÊNCIAS

FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. 24. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

FOUCAULT, M. **A arqueologia do saber**. 8. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2015.

FISCHER, R. M. B. Foucault e a análise do discurso em educação. **Cadernos de Pesquisa**, n. 114, p. 197-223, nov. 2001. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cp/a/SjLt63Wc6DKkZtYvZtzgg9t/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 18 set. 2026.

REVEL, J. **Foucault**: conceitos essenciais. Tradução: Maria Enela Chaui Berlinck. São Paulo: Claraluz, 2005.

VEIGA-NETO, A. **Foucault & Educação**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

BRANDÃO, H. H. N. **Introdução à análise do discurso**. 3. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2012.